


Imprimir

01


CÂMARA
DE VEREADORES DE CANELA**Câmara Municipal de Canela - RS de Canela - RS**
Sistema de Apoio ao Processo Legislativo**RECIBO DE ENVIO DE PROPOSIÇÃO**Código do Documento: **Pcbc516ae91f0feb961eefbe94ff3bfecK12717**Tipo de
Proposição: **82**
Projeto de LeiAutor: **Poder Executivo - Poder Executivo**Enviada por:
poderexecutivoDescrição: **Autoriza o Poder Executivo a realizar abertura de crédito adicional suplementar por redução orçamentária, no valor de R\$ 2.580.000,00 (dois milhões e quinhentos e oitenta mil reais) no orçamento corrente.**Data de Envio:
24/08/2022
15:35:40

Declaro que o conteúdo do texto impresso em anexo é idêntico ao conteúdo enviado eletronicamente por meio do sistema SAPL para esta proposição.



Poder Executivo - Poder Executivo

| | |
|--------------------------------|----------------|
| Câmara Municipal de Vereadores | |
| Canela - RS | |
| Proposição nº: | 17261/22 |
| Recebeu em: | 15h 10min |
| Em: | 26 AGOSTO 2022 |
| Por: | CESAIR JEL 40 |





02

Ofício SMGPG/DA nº 208-78/2022.

Canela, 24 de agosto de 2022.

À
EXMA. SENHORA
EMÍLIA GUEDES FULCHER
PRESIDENTE DO LEGISLATIVO MUNICIPAL

SESSÃO ORDINÁRIA
Canela, 21 / 09 / 22
APROVADO POR UNANIMIDADE
Jefferson
Secretário

Projeto de Lei nº 82/2022.

Senhora Presidente.

Encaminhamos para apreciação dos Senhores Vereadores, com tramitação em regime de urgência, o Projeto de Lei nº 82/2022, que *"Autoriza o Poder Executivo a realizar abertura de crédito adicional suplementar por redução orçamentária, no valor de R\$ 2.580.000,00 (dois milhões e quinhentos e oitenta mil reais) no orçamento corrente"*.

O presente Projeto de Lei visa autorizar o Poder Executivo a realizar abertura de crédito adicional suplementar por redução orçamentária, no valor de R\$ 2.580.000,00 (dois milhões e quinhentos e oitenta mil reais) no orçamento corrente.

A referida suplementação se faz necessária para pagamento de parte do investimento referente a Adesão à Ata de Registro de Preços nº 63/2022, decorrente do Pregão Eletrônico nº 304/2021, do Município de Gravataí/RS, que tem por objeto o Registro de Preços para a eventual contratação de empresa para obras e instalações, cujo fornecedor é a empresa VERDI Sistemas Construtivos.

O objetivo da adesão é a contratação de empresa para realização de obras e instalações da nova escola do Bairro Santa Marta, buscando atender em média duzentas e cinquenta crianças do pré ao nono ano do ensino fundamental, bem com construção da nova sede para a EMEI Professora Eva Alzira Batista Nunes Bianchi.

Concretizando-se esses dois projetos, será possível atender a demanda do Bairro Santa Marta, visto que, atualmente, muitos alunos se deslocam do seu zoneamento para estudarem em escolas de outros bairros.

A EMEI Eva Alzira Batista Nunes Bianchi desenvolve suas atividades em imóvel locado, e hoje atende sessenta e sete alunos. Com a construção da nova sede, serão atendidos aproximadamente cento e dez alunos, do Berçário I ao Pré II.

Cabe salientar que os recursos de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE, estão sendo utilizados para este objetivo tendo em vista que a Lei Federal nº 14.276/2021 alterou dispositivos da Lei Federal nº 14.113/2020, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.

O texto disciplinou questões sobre o pagamento e o uso dos recursos do Fundo. Com a aprovação e sanção, ficou definido e ampliado o conceito de "profissionais da educação básica", que

e:0



03

tem direito a receber os 70% do Fundo, como: docentes, profissionais no exercício de funções de suporte pedagógico direto à docência, de direção ou administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão, orientação educacional, coordenação e assessoramento pedagógico, e profissionais de apoio técnico, administrativo e operacional, em efetivo exercício nas redes de ensino de educação básica.

A partir dessas alterações, muitos profissionais que anteriormente eram pagos com recursos oriundos do MDE, passaram a ser pagos com recursos do FUNDEB. Esta realocação tornou possível a redução em dotações orçamentárias do MDE, a fim de atender o objetivo da obra de construção de nova escola no Bairro Santa Marta e nova sede para a EMEI Professora Eva Alzira Batista Nunes Bianchi.

Por fim, considerando o art. 39 da Lei Orgânica Municipal, que dispõe: *“Art. 39. No início ou em qualquer fase da tramitação de projeto de lei de iniciativa exclusiva do Prefeito, este poderá solicitar à Câmara que o aprecie em 30 (trinta) dias a contar do pedido, que deverá ser devidamente motivado.”*, e todo o exposto acima, bem como em virtude de interesse público relevante, encaminhamos e solicitamos a aprovação do presente Projeto de Lei, sob o regime de urgência.

Sendo o que tínhamos para o momento, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

Constantino Orsolin
Prefeito Municipal

da prática avaliativa das turmas de 1º ao 3º ano de Ensino Fundamental, Anos Iniciais em regime de tempo integral, Ampla
re da Resolução Nº 82 de 05 de agosto de 2022 que revoga as
Resoluções CME Nº 09/2021, Nº 06/2017 e Nº 71/2019 e regula normas
para exames de certificação de Ensino Fundamental no âmbito
da CME de Canela, e posterior aprovação, Aprovação do Parecer
Nº 14/2022 que reconheça a proposta curricular de EJA e
PAE's e aprova a matriz curricular dessas modalidades, Rec
bemos um material simplificado da base deceto 10.502 de
30/09/20 que trata da Política Nacional da Educação Indígena,
na. Usará a digitalização das Resoluções do Conselho de
de 2010 e publicará no site da prefeitura, ficando a dispo
nível de toda comunidade, Apresentação do 1º Fórum de Educa
ção com a temática "A Educação em Tempos de Reconstrução
que ocorrerá no município de Nova Petrópolis em 15 e 16 de
março detalhando a organização do evento, Apresentação da
organização do evento "Primavera Cultural: Apreciação, História
e Arte - Brasília - Contribuições culturais e o contexto atual
que ocorrerá dias 16 e 17 de março, Nada mais a consi
derar em relação a presente ata assinada por mim e demais co
relatários: Cezar Rodrigues, Eder, Marcelo, Michel, João
Gondim.

2. 15/06/2022
3. Os dados dos dois mil e
4. Oito e dos municípios - a dependências dos municípios
5. Municipal de Educação, Esporte e Lazer membros do
6. Conselho Municipal de Educação e atos administrati
7. e financeiros de manutenção não delibera sobre
8. os meios de suplementação orçamentária que
9. são necessários dentro do mês de julho
10. no ano de 2022. A primeira suplementação
11. refere-se ao pagamento de contratos de serviços
12. de educação no período de agosto a dezembro.

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000



06

PROJETO DE LEI Nº 82, DE 24 DE AGOSTO DE 2022.

Autoriza o Poder Executivo a realizar abertura de crédito adicional suplementar por redução orçamentária, no valor de R\$ 2.580.000,00 (dois milhões e quinhentos e oitenta mil reais) no orçamento corrente.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a realizar abertura de crédito adicional suplementar por redução orçamentária, no valor de R\$ 2.580.000,00 (dois milhões e quinhentos e oitenta mil reais) no orçamento corrente, na seguinte dotação orçamentária:

05 – Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer
05.01 – Secretaria Municipal de Educação
0109 – (F) Programa Finalístico Educação Cidadã
1.086 – MDE – Investir na Ampliação das Escolas de Ensino Fundamental
4490.51.00.00.00 – Obras e Instalações (8222-8) Rec. 20.....R\$ 2.580.000,00

Art. 2º Servirá para cobrir a suplementação do art. 1º, redução de igual valor nas seguintes dotações orçamentárias:

05 – Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer
05.01 – Secretaria Municipal de Educação
0005 – (G) Programa de Gestão e manutenção da SMEEL
2.335 – Manutenção da Política de Pessoal do Administrativo da SMEEL
3190.11.00.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil (7981-2) Rec. 20.....R\$ 800.000,00
3190.13.00.00.00 – Obrigações Patronais (7991-0) Rec. 20.....R\$ 300.000,00
3190.04.00.00.00 – Contratação por Tempo Determinado (16887-4) Rec. 20.....R\$ 500.000,00
0109 – (F) Programa Finalístico Educação Cidadã
2.135 – MDE – Manutenção das Políticas de Pessoal do Ensino Fundamental
3190.13.00.00.00 – Obrigações Patronais (8035-7) Rec. 20.....R\$ 300.000,00
3390.49.00.00.00 – Auxílio-Transporte (8047-0) Rec. 20.....R\$ 300.000,00
0109 – (F) Programa Finalístico Educação Cidadã
2.151 – MDE – Manutenção das Políticas de Pessoal da Educação Especial
3190.13.00.00.00 – Obrigações Patronais (8341-0) Rec. 20.....R\$ 200.000,00
1.801 – MDE – Investir na Infraestrutura de Escolas da Educação Infantil
4490.51.00.00.00 – Obras e Instalações (17783-0) Rec. 20.....R\$ 180.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CANELA.

Constantino Orsolin
Prefeito Municipal



CÂMARA
DE VEREADORES DE CANELA

Parecer Favorável 07

Parecer Nº: 106

COMISSÃO: CCJR

PLO Nº 82 PLLNº _____ VETO Nº _____ PDL Nº _____ PLC Nº _____ PRE Nº _____

DATA DE ENTRADA: 29/8/20 PEDIDO DE URGÊNCIA: SIM (X) NÃO ()

| | |
|----------------------|------------------|
| PARECER JURÍDICO | |
| DATA DA SOLICITAÇÃO: | DATA DA ENTREGA: |
| PARECER: | |
| | |

SOLICITAÇÕES DA COMISSÃO:

| |
|--|
| |
| |
| |
| |
| |
| |

| | | |
|-------------|-------|--------------------------|
| Emenda nº.: | Data: | Entregue () sim () não |
| Emenda nº.: | Data: | Entregue () sim () não |

PARECER DA COMISSÃO:

Apto a Votação.

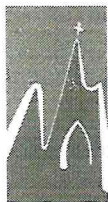
| |
|--|
| |
| |
| |
| |
| |

Jefferson de Oliveira
PRESIDENTE

João Port Silveira

Jerônimo Terra Rolim

PROJETO RETIRADO - SIM () NÃO () Data: / /



CÂMARA
DE VEREADORES DE CANELA

Aprovar em
5/13
Lançado
foram
jurídico

08

Parecer Nº: 106

COMISSÃO: COFT

PLN N° 12 PLLN° _____ VETO N° _____ PDL N° _____ PLC N° _____ PRE N° _____

DATA DE ENTRADA: 29 / 8 / 22 PEDIDO DE URGÊNCIA: SIM () NÃO ()

| | |
|----------------------|------------------|
| PARECER JURÍDICO | |
| DATA DA SOLICITAÇÃO: | DATA DA ENTREGA: |
| PARECER: | |

SOLICITAÇÕES DA COMISSÃO:

| |
|--|
| |
| |
| |
| |
| |
| |

| | | |
|-------------------|-------------|--------------------------|
| Emenda n°.: _____ | Data: _____ | Entregue () sim () não |
| Emenda n°.: _____ | Data: _____ | Entregue () sim () não |

PARECER DA COMISSÃO:

O projeto de lei atende os requisitos necessários e colocamos o mesmo a apreciação dos nobres vereadores.

Merim Jone

Roberto Gruke
Presidente

Paulo Nestor Tomasini

Leandra Fiores dos Santos

PROJETO RETIRADO - SIM () NÃO () Data: / /



CÂMARA
DE VEREADORES DE CANELA

09

Parecer N°: 106

COMISSÃO: CDES

PLO N° 12 PLLN° _____ VETO N° _____ PDL N° _____ PLC N° _____ PRE N° _____

DATA DE ENTRADA: 27/8/22 PEDIDO DE URGÊNCIA: SIM (X) NÃO ()

PARECER JURÍDICO

DATA DA SOLICITAÇÃO:

DATA DA ENTREGA:

PARECER:

SOLICITAÇÕES DA COMISSÃO:

| |
|--|
| |
| |
| |
| |
| |
| |

| | | |
|-------------------|-------------|--------------------------|
| Emenda n°.: _____ | Data: _____ | Entregue () sim () não |
| Emenda n°.: _____ | Data: _____ | Entregue () sim () não |

PARECER DA COMISSÃO:

| |
|--|
| |
| |
| |
| |
| |
| |


José Velinho Pinto
PRESIDENTE


Andresa da Conceição


Felipe Caputo

PROJETO RETIRADO - SIM () NÃO () Data: / /



CÂMARA
DE VEREADORES DE CANELA

10

PARECER JURÍDICO Nº 106/2022

De: Assessor Jurídico

Para: Comissão de Constituição e Justiça e Redação Final – CCJR; Comissão de Finanças e Orçamento e Tributação - CFOT; Comissão de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES.

REFERÊNCIA: PLO 82/2022

Autoria: Poder Executivo

Projeto de Lei: “Autoriza o Poder Executivo a realizar abertura de crédito adicional suplementar por redução orçamentária, no valor de R\$ 2.580.000,00 (dois milhões e quinhentos e oitenta mil reais) no orçamento corrente.”

Senhores Vereadores,

O presente projeto de lei aportou na casa legislativa com a seguinte justificativa:

Encaminhamos para apreciação dos Senhores Vereadores, com tramitação em regime de urgência, o Projeto de Lei no 82/2022, que “Autoriza o Poder Executivo a realizar abertura de crédito adicional suplementar por redução orçamentária, no valor de R\$ 2.580.000,00 (dois milhões e quinhentos e oitenta mil reais) no orçamento corrente”.

O presente Projeto de Lei visa autorizar o Poder Executivo a realizar abertura de crédito adicional suplementar por redução orçamentária, no valor de R\$ 2.580.000,00 (dois milhões e quinhentos e oitenta mil reais) no orçamento corrente.

A referida suplementação se faz necessária para pagamento de parte do investimento referente a Adesão à Ata de Registro de Preços no 63/2022, decorrente do Pregão Eletrônico no 304/2021, do Município de Gravataí/RS, que tem por objeto o Registro de Preços para a eventual contratação de empresa para obras e instalações, cujo fornecedor é a empresa VERDI Sistemas Construtivos.

O objetivo da adesão é a contratação de empresa para realização de obras e instalações da nova escola do Bairro Santa Marta, buscando atender em média duzentas e cinquenta crianças do pré ao nono ano do ensino fundamental, bem com construção da nova sede para a EMEI Professora Eva Alzira Batista Nunes Bianchi.

Concretizando-se esses dois projetos, será possível atender a demanda do Bairro Santa Marta, visto que, atualmente, muitos alunos se deslocam do seu zoneamento para estudarem em escolas de outros bairros.

A EMEI Eva Alzira Batista Nunes Bianchi desenvolve suas atividades em imóvel locado, e hoje atende sessenta e sete alunos. Com a construção da nova sede, serão atendidos aproximadamente cento e dez alunos, do Berçário I ao Pré II.

Cabe salientar que os recursos de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE, estão sendo utilizados para este objetivo tendo em vista que a Lei Federal no 14.276/2021 alterou dispositivos da Lei Federal no 14.113/2020, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.

[Handwritten signature]





CÂMARA
DE VEREADORES DE CANELA

Ad.

O texto disciplinou questões sobre o pagamento e o uso dos recursos do Fundo. Com a aprovação e sanção, ficou definido e ampliado o conceito de "profissionais da educação básica", que tem direito a receber os 70% do Fundo, como: docentes, profissionais no exercício de funções de suporte pedagógico direto à docência, de direção ou administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão, orientação educacional, coordenação e assessoramento pedagógico, e profissionais de apoio técnico, administrativo e operacional, em efetivo exercício nas redes de ensino de educação básica.

A partir dessas alterações, muitos profissionais que anteriormente eram pagos com recursos oriundos do MDE, passaram a ser pagos com recursos do FUNDEB. Esta realocação tornou possível a redução em dotações orçamentárias do MDE, a fim de atender o objetivo da obra de construção de nova escola no Bairro Santa Marta e nova sede para a EMEI Professora Eva Alzira Batista Nunes Bianchi.

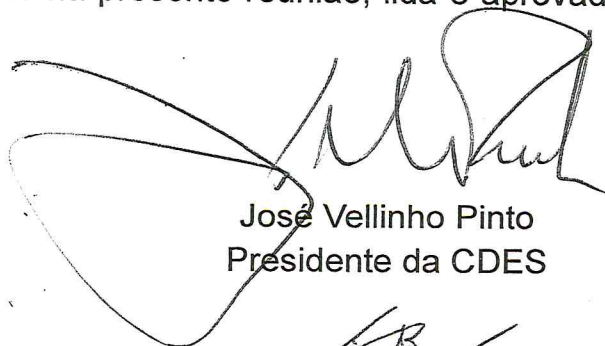
O Projeto de Lei compreende os requisitos necessários para a abertura de crédito adicional suplementar, estando sob o respaldo do art. 41, inciso I, e do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 1964, não apresentando, portanto, impedimento para a sua aprovação.

Em conclusão, opina-se pela **viabilidade** técnica do Projeto de Lei nº 82, de 24 de agosto de 2022.

FABIANO DE ABREU FAES
Assessor Jurídico da Câmara Municipal
OAB/RS 79.337

12

seiscentos e cinquenta mil reais) no orçamento corrente..”, os vereadores deliberaram apto a votação por unanimidade; Quanto ao **PLO 82/2022**, que “Autoriza o Poder Executivo a realizar abertura de crédito adicional suplementar por redução orçamentária, no valor de R\$ 2.580.000,00 (dois milhões e quinhentos e oitenta mil reais) no orçamento corrente.”, os vereadores deliberaram apto a votação por unanimidade; Quanto ao **PLO 83/2022**, que “Autoriza o Poder Executivo a realizar abertura de crédito adicional suplementar por redução orçamentária, no valor de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) no orçamento corrente.”, os vereadores aguardam informações; Quanto ao **PLC 03/2021 – Substitutivo**, que “Adita a TABELA II – PLANTA GENÉRICA DE VALORES MOBILIÁRIOS VALOR M² POR LOGRADOURO, do ANEXO I, da Lei Complementar nº 67, de 27 de dezembro de 2017, que ‘Disciplina o Sistema Tributário do Município, Consolida Leis e Institui o Código Tributário Municipal.”, os vereadores aguardam informações; Quanto ao **PLC 04/2022**, que “Dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Poder Executivo do Município de Canela, cria os Cargos em Comissão e as Funções Gratificadas da nova organização e dá outras providências”, os vereadores deliberaram pela necessidade de maior estudo; Quanto ao **PLC 09/2022**, que “Altera o Anexo I da Lei Complementar nº 27, de 27 de fevereiro de 2012, que estabelece Plano de Carreira dos Servidores Públicos do Município de Canela e dá outras providências.”, os vereadores deliberaram apto a votação por unanimidade. Como mais nada há para ser tratado na presente reunião, lida e aprovada, encerra-se a presente ata.



José Vellinho Pinto
Presidente da CDES



Felipe Caputo
Membro



Andresa da Conceição
Membro

ATA 42/2022

Aos quinze dias do mês de setembro de dois mil e vinte e dois, reuniram-se na Câmara de Vereadores, integrantes da Comissão de Desenvolvimento Econômico e Social os vereadores José Vellinho Pinto, Felipe Caputo e a vereadora Andresa da Conceição, para apreciação de projetos de lei em estudo pela Comissão. Os Vereadores da Comissão de Desenvolvimento Econômico e Social em relação ao **PLO 62/2021**, que *“Dispões sobre a Política Municipal de Proteção aos Direitos da Criança e do Adolescente e reestrutura o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Conselho Tutelar e dá outras providências”*, aguardam retorno das informações solicitadas; Quanto ao **PLO 36/2022**, que *“Dispõe sobre desafetação e dá nova destinação ao imóvel público urbano que menciona”* os vereadores aguardam retorno das informações solicitadas; Quanto ao **PLO 37/2022 – Substitutivo**, que *“Desafeta e autoriza o Poder Executivo a alienar imóvel público”* os vereadores aguardam informações; Quanto ao **PLO 67/2022**, que *“Insere parágrafo único no art. 6º da Lei Municipal nº 1.036, de 30 de outubro de 1990, que ‘Cria a Comissão Municipal de Defesa Civil – COMDEC – e dá outras providências’*, os vereadores aguardam informações; Quanto ao **PLO 71/2022**, que *“Autoriza o Poder Executivo a alienar imóveis de propriedade do Município de Canela”*, os vereadores deliberaram pela necessidade de maior estudo; Quanto ao **PLO 73/2022**, que *“Dispõe sobre a doação e a reutilização de gêneros alimentícios e excedentes de alimentos no Município de Canela/RS e dá outras providências.”*, os vereadores deliberaram pela necessidade de maior estudo; Quanto ao **PLO 77/2022**, que *“Institui tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da Administração Pública Municipal.”*, os vereadores deliberaram pela necessidade de maior estudo; Quanto ao **PLO 78/2022**, que *“Dá nova redação aos logradouros Rua das Bracatingas e Rua das Palmas constantes no art. 1º da Lei Municipal nº 1.805, de 04 de setembro de 2001, que denomina vias públicas e dá outras providências.”*, os vereadores aguardam informações; Quanto ao **PLO 80/2022**, que *“Autoriza a concessão de uso de imóveis municipais dá outras providências.”*, os vereadores deliberaram pela necessidade de maior estudo; Quanto ao **PLO 81/2022**, que *“Autoriza o Poder Executivo a realizar abertura de crédito adicional suplementar por redução orçamentária, no valor de R\$ 2.650.000,00 (dois milhões e*

unanimidade, submetem o presente projeto de lei ao plenário para a deliberação de mérito.

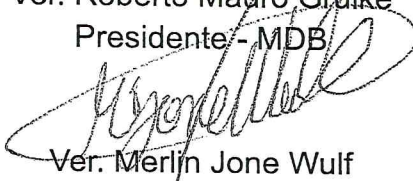
PLO 82/2022 - O presente projeto de lei ordinário, deu entrada nesta casa na forma regimental, tendo sido lido em sessão e despachado para a comissão com a seguinte ementa: *"Autoriza o Poder Executivo a realizar abertura de crédito adicional suplementar por redução orçamentária, no valor de R\$ 2.580.000,00 (dois milhões e quinhentos e oitenta mil reais) no orçamento corrente."* Que após lido, debatido e analisados os pontos do presente projeto, bem como análise do parecer jurídico opinativo acostado ao presente projeto, os membros da comissão, por unanimidade, submetem o presente projeto de lei ao plenário para a deliberação de mérito.

PLO 83/2022 - O presente projeto de lei ordinário, deu entrada nesta casa na forma regimental, tendo sido lido em sessão e despachado para a comissão com a seguinte ementa: *"Autoriza o Poder Executivo a realizar abertura de crédito adicional suplementar por redução orçamentária, no valor de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) no orçamento corrente."* Que após lido, debatido e analisados os pontos do presente projeto, bem como análise do parecer jurídico opinativo acostado ao presente projeto, os membros da comissão, por unanimidade, submetem o presente projeto de lei ao plenário para a deliberação de mérito.

Como mais nada há para ser tratado no presente momento, encerra-se a presente reunião.



Ver. Roberto Mauro Grulke
Presidente - MDB



Ver. Merlin Jone Wulf
Membro - PDT



Ver. Leandra Aires dos Santos
Membro - PSDB

ATA ORDINÁRIA 22/2022

Aos oito dias do mês de setembro de dois mil e vinte e dois, reuniram-se os Ver. Roberto Mauro Grulke, Ver. Merlin Jone Wulf e a Ver. Leandra Aires dos Santos, na condição de membros da COFT, de forma ordinária para discutir e deliberar os seguintes projetos de leis:

PLC 09/2022 - O presente projeto de lei ordinário, deu entrada nesta casa na forma regimental, tendo sido lido em sessão e despachado para a comissão com a seguinte ementa: *"Altera o Anexo I da Lei Complementar nº 27, de 27 de fevereiro de 2012, que estabelece Plano de Carreira dos Servidores Públicos do Município de Canela e dá outras providências."* Que após lido, debatido e analisados os pontos do presente projeto, bem como análise do parecer jurídico opinativo acostado ao presente projeto, os membros da comissão, por unanimidade, submetem o presente projeto de lei ao plenário para a deliberação de mérito.

PLO 73/2022 - O presente projeto de lei ordinário, deu entrada nesta casa na forma regimental, tendo sido lido em sessão e despachado para a comissão com a seguinte ementa: *"Dispõe sobre a doação e a reutilização de gêneros alimentícios e excedentes de alimentos no Município de Canela/RS e dá outras providências."* Que após lido, debatido e analisados os pontos do presente projeto, bem como análise do parecer jurídico opinativo acostado ao presente projeto, os membros da comissão, por unanimidade, submetem o presente projeto de lei ao plenário para a deliberação de mérito.

PLO 77/2022 - O presente projeto de lei ordinário, deu entrada nesta casa na forma regimental, tendo sido lido em sessão e despachado para a comissão com a seguinte ementa: *"Institui tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da Administração Pública Municipal."* Que após lido, debatido e analisados os pontos do presente projeto, bem como análise do parecer jurídico opinativo acostado ao presente projeto, os membros da comissão, por unanimidade, submetem o presente projeto de lei ao plenário para a deliberação de mérito.

PLO 80/2022 - O presente projeto de lei ordinário deu entrada nesta casa na forma regimental, tendo sido lido em sessão e despachado para a comissão com a seguinte ementa: *"Autoriza a concessão de uso de imóveis municipais dá outras providências."* Que após lido, debatido e analisados os pontos do presente projeto, bem como análise do parecer jurídico opinativo acostado ao presente projeto, os membros da comissão, por unanimidade, submetem o presente projeto de lei ao plenário para a deliberação de mérito.

PLO 81/2022 - O presente projeto de lei ordinário, deu entrada nesta casa na forma regimental, tendo sido lido em sessão e despachado para a comissão com a seguinte ementa: *"Autoriza o Poder Executivo a realizar abertura de crédito adicional suplementar por redução orçamentária, no valor de R\$ 2.650.000,00 (dois milhões e seiscentos e cinquenta mil reais) no orçamento corrente."* Que após lido, debatido e analisados os pontos do presente projeto, bem como análise do parecer jurídico opinativo acostado ao presente projeto, os membros da comissão, por

19

sido lido em sessão e despachado para a comissão com a seguinte ementa: "Autoriza o Poder Executivo a realizar abertura de crédito adicional suplementar por redução orçamentária, no valor de R\$ 2.650.000,00 (dois milhões e seiscentos e cinquenta mil reais) no orçamento corrente.". Com a seguinte justificativa: "O presente Projeto de Lei visa autorizar o Poder Executivo a realizar abertura de crédito adicional suplementar por redução orçamentária, no valor de R\$ 2.650.000,00 (dois milhões e quinhentos e oitenta mil reais) no orçamento corrente. A referida suplementação se faz necessária para suportar os Contratos de Credenciamento firmados com a Associação Educacional Cidade das Flores, para aquisição de vagas da Educação Infantil, no período de agosto a dezembro de 2022, conforme os contratos discriminados. Contrato 09/2019 – Contratação de até 127 vagas escolares de turno integral na Escola Infantil, sendo 112 vagas de Berçário II a Pré II e 15 vagas de Berçário I. Contrato 10/2019 – Contratação de até 173 vagas escolares de turno integral na Escola Infantil, sendo 158 vagas de Berçário II a Pré II e 16 vagas de Berçário I. Contrato 11/2019 – Contratação de até 110 vagas escolares de turno integral na Escola Infantil, sendo 100 vagas de Berçário II a Pré II. Contrato 12/2019 – Contratação de até 95 vagas escolares de turno integral na Escola Infantil, sendo 80 vagas de Berçário II a Pré II e 15 vagas de Berçário I. Contrato 13/2019 – Contratação de até 125 vagas escolares de turno integral na Escola Infantil, sendo 125 vagas de Berçário II a Pré II. Contrato 14/2019 – Contratação de até 116 vagas escolares de turno integral na Escola Infantil, sendo 116 vagas de Berçário II a Pré II. Contrato 09/2020 – Contratação de até 318 vagas escolares de turno integral na escola Infantil, sendo 303 vagas de Berçário II a Pré II e 15 vagas de Berçário I. Contrato 78/2022 – Contratação de até 450 vagas escolares de turno integral na Escola Infantil, sendo 135 vagas de Berçário II a Pré II e 15 vagas de Berçário I. Cabe salientar que os recursos de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE, estão sendo utilizados para este objetivo tendo em vista que a Lei Federal nº 14.276/2021 alterou dispositivos da Lei Federal nº 14.113/2020, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB. O texto disciplinou questões sobre o pagamento e o uso dos recursos do Fundo. Com a aprovação e sanção, ficou definido e ampliado o conceito de "profissionais da educação básica", que tem direito a receber os 70% do Fundo, como: docentes, profissionais no exercício de funções de suporte pedagógico direto à docência, de direção ou administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão, orientação educacional, coordenação e assessoramento pedagógico, e profissionais de apoio técnico, administrativo e operacional, em efetivo exercício nas redes de ensino de educação básica. A partir dessas alterações, muitos profissionais que anteriormente eram pagos com recursos oriundos do MDE, passaram a ser pagos com recursos do FUNDEB. Esta realocação tornou possível a redução em dotações orçamentárias do MDE, a fim de atender as despesas com os contratos. Por fim, considerando o art. 39 da Lei Orgânica Municipal, que dispõe: "Art. 39. No início ou em qualquer fase da tramitação de projeto de lei de iniciativa exclusiva do Prefeito, este poderá solicitar à Câmara que o aprecie em 30 (trinta) dias a contar do pedido, que deverá ser devidamente motivado.", e todo o exposto acima, bem como em virtude de interesse público relevante, encaminhamos e solicitamos a aprovação do presente Projeto de Lei, sob o regime de urgência.". Disso, discutidos, analisados e debatidos os pontos do presente projeto de lei, os membros da comissão, por unanimidade, manifestam-se pelo atendimento da legalidade e constitucionalidade, podendo ser submetido ao plenário para a deliberação de mérito.

PLO 82/2022 - O presente projeto de lei deu entrada nesta casa na forma regimental, tendo sido lido em sessão e despachado para a comissão com a seguinte ementa: "Autoriza o Poder Executivo a realizar abertura de crédito adicional suplementar por redução orçamentária, no valor de R\$ 2.580.000,00 (dois milhões e quinhentos e oitenta mil reais) no

ATA ORDINÁRIA 23/2022

Aos vinte e quatro dias do mês de agosto de dois mil e vinte e dois, reuniram-se os Ver. Jefferson de Oliveira, Ver. João Alessandro Port Silveira e o Ver. Jerônimo Terra Rolim na condição de membros da CCJ-R, de forma ordinária para discutir e deliberar os seguintes projetos de leis:

PLO 72/2022 - O presente projeto de lei ordinário, deu entrada nesta casa na forma regimental, tendo sido lido em sessão e despachado para a comissão com a seguinte ementa: *"Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2023."*. Com a seguinte justificativa: *"Considerando o art. 117 da Lei Orgânica Municipal:*

Art. 117. Os Projetos de Lei sobre Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual serão enviados pelo Prefeito ao Poder Legislativo e devolvidos nos seguintes para os demais anos de mandato:

- a) as diretrizes orçamentárias, com entrada até o dia 31 de julho e devendo ser devolvido para sanção até o dia 15 de setembro do mesmo ano; e*
- b) o Orçamento anual, com entrada até o dia 31 de outubro e devendo ser devolvido para sanção até o dia 10 de dezembro do mesmo ano.*

Encaminhamos para apreciação desta Casa Legislativa o presente Projeto de Lei, acompanhado da Mensagem nº 01/2022. Por fim, considerando o art. 39 da Lei Orgânica Municipal, que dispõe: "Art. 39. No início ou em qualquer fase da tramitação de projeto de lei de iniciativa exclusiva do Prefeito, este poderá solicitar à Câmara que o aprecie em 30 (trinta) dias a contar do pedido, que deverá ser devidamente motivado.", e todo o exposto acima, bem como em virtude de interesse público relevante, encaminhamos e solicitamos a aprovação do presente Projeto de Lei, sob o regime de urgência." Disso, discutidos, analisados e debatidos os pontos do presente projeto de lei, os membros da comissão, por unanimidade, manifestam-se pelo atendimento da legalidade e constitucionalidade, podendo ser submetido ao plenário para a deliberação de mérito.

PLO 73/2022 - O presente projeto de lei deu entrada nesta casa na forma regimental, tendo sido lido em sessão e despachado para a comissão com a seguinte ementa: *"Dispõe sobre a doação e a reutilização de gêneros alimentícios e excedentes de alimentos no Município de Canela/RS e dá outras providências."*. Com a seguinte justificativa: *"O presente projeto de lei, recepcionando a Indicação nº 535/2021 da vereadora Emília Guedes Fulcher, visa dispor sobre a doação e a reutilização de gêneros alimentícios e excedentes de alimentos no Município de Canela, com alterações sugeridas pelo Departamento de Vigilância Sanitária. A justificativa do presente se dá nos mesmos termos constantes à indicação supracitada. Por fim, considerando o art. 39 da Lei Orgânica Municipal, que dispõe: "Art. 39. No início ou em qualquer fase da tramitação de projeto de lei de iniciativa exclusiva do Prefeito, este poderá solicitar à Câmara que o aprecie em 30 (trinta) dias a contar do pedido, que deverá ser devidamente motivado.", e todo o exposto acima, bem como em virtude de interesse público relevante, encaminhamos e solicitamos a aprovação do presente Projeto de Lei, sob o regime de urgência."* Disso, discutidos, analisados e debatidos os pontos do presente projeto de lei, os membros da comissão, por unanimidade, manifestam-se pelo atendimento da legalidade e constitucionalidade, podendo ser submetido ao plenário para a deliberação de mérito.

PLO 81/2022 - O presente projeto de lei deu entrada nesta casa na forma regimental, tendo

orçamento corrente". Com a seguinte justificativa: "O presente Projeto de Lei visa autorizar o Poder Executivo a realizar abertura de crédito adicional suplementar por redução orçamentária, no valor de R\$ 2.580.000,00 (dois milhões e quinhentos e oitenta mil reais) no orçamento corrente. A referida suplementação se faz necessária para pagamento de parte do investimento referente a Adesão à Ata de Registro de Preços nº 63/2022, decorrente do Pregão Eletrônico nº 304/2021, do Município de Gravataí/RS, que tem por objeto o Registro de Preços para a eventual contratação de empresa para obras e instalações, cujo fornecedor é a empresa VERDI Sistemas Construtivos. O objetivo da adesão é a contratação de empresa para realização de obras e instalações da nova escola do Bairro Santa Marta, buscando atender em média duzentas e cinquenta crianças do pré ao nono ano do ensino fundamental, bem com construção da nova sede para a EMEI Professora Eva Alzira Batista Nunes Bianchi. Concretizando-se esses dois projetos, será possível atender a demanda do Bairro Santa Marta, visto que, atualmente, muitos alunos se deslocam do seu zoneamento para estudarem em escolas de outros bairros. A EMEI Eva Alzira Batista Nunes Bianchi desenvolve suas atividades em imóvel locado, e hoje atende sessenta e sete alunos. Com a construção da nova sede, serão atendidos aproximadamente cento e dez alunos, do Berçário I ao Pré II. Cabe salientar que os recursos de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE, estão sendo utilizados para este objetivo tendo em vista que a Lei Federal nº 14.276/2021 alterou dispositivos da Lei Federal nº 14.113/2020, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB. O texto disciplinou questões sobre o pagamento e o uso dos recursos do Fundo. Com a aprovação e sanção, ficou definido e ampliado o conceito de "profissionais da educação básica", que tem direito a receber os 70% do Fundo, como: docentes, profissionais no exercício de funções de suporte pedagógico direto à docência, de direção ou administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão, orientação educacional, coordenação e assessoramento pedagógico, e profissionais de apoio técnico, administrativo e operacional, em efetivo exercício nas redes de ensino de educação básica. A partir dessas alterações, muitos profissionais que anteriormente eram pagos com recursos oriundos do MDE, passaram a ser pagos com recursos do FUNDEB. Esta realocação tornou possível a redução em dotações orçamentárias do MDE, a fim de atender o objetivo da obra de construção de nova escola no Bairro Santa Marta e nova sede para a EMEI Professora Eva Alzira Batista Nunes Bianchi. Por fim, considerando o art. 39 da Lei Orgânica Municipal, que dispõe: "Art. 39. No início ou em qualquer fase da tramitação de projeto de lei de iniciativa exclusiva do Prefeito, este poderá solicitar à Câmara que o aprecie em 30 (trinta) dias a contar do pedido, que deverá ser devidamente motivado.", e todo o exposto acima, bem como em virtude de interesse público relevante, encaminhamos e solicitamos a aprovação do presente Projeto de Lei, sob o regime de urgência.". Disso, discutidos, analisados e debatidos os pontos do presente projeto de lei, os membros da comissão, por unanimidade, manifestam-se pelo atendimento da legalidade e constitucionalidade, podendo ser submetido ao plenário para a deliberação de mérito.

PLO 83/2022 - O presente projeto de lei deu entrada nesta casa na forma regimental, tendo sido lido em sessão e despachado para a comissão com a seguinte ementa: "Autoriza o Poder Executivo a realizar abertura de crédito adicional suplementar por redução orçamentária, no valor de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) no orçamento corrente.". Com a seguinte justificativa: "O presente Projeto de Lei visa autorizar o Poder Executivo a realizar abertura de crédito adicional suplementar por redução orçamentária, no valor de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) no orçamento corrente.

A referida suplementação se faz necessária para cobrir os custos referentes à obra que

trata da ampliação do Ginásio do Bairro Santa Marta, mais precisamente para execução da obra dos sanitários, dos vestiários e dos lavatórios. Esta obra de ampliação do Ginásio do Bairro Santa Marta segue de acordo com os trâmites do processo licitatório sob o nº 2022/6581. A redução na dotação referente ao MDE – Manutenção das Políticas de Pessoal do Ensino Infantil justifica-se tendo em vista que, devido ao aumento da arrecadação do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica) que arcará com a folha de pagamento na sua totalidade, os recursos do MDE então podem ser realocados para outras demandas. Por fim, considerando o art. 39 da Lei Orgânica Municipal, que dispõe: “Art. 39. No início ou em qualquer fase da tramitação de projeto de lei de iniciativa exclusiva do Prefeito, este poderá solicitar à Câmara que o aprecie em 30 (trinta) dias a contar do pedido, que deverá ser devidamente motivado.”, e todo o exposto acima, bem como em virtude de interesse público relevante, encaminhamos e solicitamos a aprovação do presente Projeto de Lei, sob o regime de urgência.” Disso, discutidos, analisados e debatidos os pontos do presente projeto de lei, os membros da comissão, por unanimidade, manifestam-se pelo atendimento da legalidade e constitucionalidade, podendo ser submetido ao plenário para a deliberação de mérito.

PLC 09/2022 - O presente projeto de lei deu entrada nesta casa na forma regimental, tendo sido lido em sessão e despachado para a comissão com a seguinte ementa: “Altera o Anexo I da Lei Complementar nº 27, de 27 de fevereiro de 2012, que estabelece Plano de Carreira dos Servidores Públicos do Município de Canela e dá outras providências”. Com a seguinte justificativa: “O presente projeto visa a inclusão de itens dentro das atribuições à Categoria Funcional Fiscal, fazendo-se essencial a adequação da referida Lei Complementar, tendo em vista a necessidade da presença de Fiscal que possua atribuições para efetividade no âmbito do Direito do Consumidor, uma vez que tanto o atendimento de reclamações formuladas por consumidores como também lavrar autos de infração necessitam de atuação fiscal capaz. A mencionada alteração proporcionará a realização de verificações in loco para comprovação de ocorrências de infração, realizar apreensão por infringência às normas previstas na legislação do consumidor, bem como aplicar multas. Além do acima exposto, propiciará a execução de diligências de caráter preventivo, de forma a orientar no cumprimento da legislação que regula as relações de consumo. Dessa forma, faz-se necessária a alteração da Lei Complementar nº 27, de 27 de fevereiro de 2012 para inclusão do citado acima, de forma a amparar o consumidor com uma fiscalização eficiente.”. Disso, discutidos, analisados e debatidos os pontos do presente projeto de lei, os membros da comissão, por unanimidade, manifestam-se pelo atendimento da legalidade e constitucionalidade, podendo ser submetido ao plenário para a deliberação de mérito.

PLC 80/2022 - O presente projeto de lei deu entrada nesta casa na forma regimental, tendo sido lido em sessão e despachado para a comissão com a seguinte ementa: “Autoriza a concessão de uso de imóveis municipais dá outras providências.”. Com a seguinte justificativa: “O presente Projeto de Lei visa autorizar a concessão de uso de imóveis municipais, hoje denominado como “Casa de Pedra”, de propriedade desta municipalidade. Ao Município compete prover a tudo quanto se relacione ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe, entre outras, dispor sobre a administração, a utilização e a alienação de seus bens, conforme dispõe o art. 5º da Lei Orgânica Municipal. In verbis:

“Art. 5º Ao Município compete prover a tudo quanto se relacione ao seu peculiar interesse e ao bem estar de sua população, sabendo-lhe, entre outras, as seguintes atribuições:

(...)